

DECRETOS NUMERADOS

DECRETO Nº 35.069 de 10 de janeiro de 2022

Dispõe sobre a retenção de Imposto de Renda no pagamento a fornecedores por Órgãos e Entidades do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do art. 158 da Constituição da República, segundo o qual pertencem aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral nº 1.293.453 e na Ação Cível Originária nº 2897;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos II e III do art. 30 e nos incisos I e II do art. 246 da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO o disposto na legislação tributária federal atinente a retenção de tributos, em especial o disposto no art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e respectivos regulamentos;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos para que a retenção e o recolhimento de tributos e contribuições sejam realizados em conformidade ao que determina a legislação, sem deixar de cumprir com as obrigações acessórias de prestação de informações à Receita Federal do Brasil e à Receita do Município do Rio de Janeiro,

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações ao efetuarem pagamento a pessoa física ou jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado, deverão proceder à retenção do imposto de renda (IR) em observância ao disposto neste Decreto.

Art. 2º A partir de 01 de março de 2022, ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do IR incidente sobre os pagamentos destinados às pessoas físicas e jurídicas, pelo fornecimento ou disponibilização de bens, ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base nas disposições constantes na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da administração pública federal, os seguintes órgãos e entidades da administração pública municipal:

- I - os órgãos da administração pública municipal direta;
- II - as autarquias; e
- III - as fundações municipais.

§ 1º As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

§ 2º Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º, da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

Art. 3º A obrigação de retenção do IR alcançará todos os contratos e relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos e entidades mencionados no art. 2º deste Decreto.

Art. 4º Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da vigência do presente Decreto, emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos e entidades mencionados no art. 2º.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, em 10 de janeiro de 2022.

BRUNO SOARES REIS
Prefeito

ANA PAULA ANDRADE MATOS MOREIRA
Secretária de Governo em exercício

GIOVANNA GUIOTTI TESTA VICTER
Secretária Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 35.070 de 10 de janeiro de 2022

Estabelece o Calendário do Pagamento dos Servidores Públicos Municipais para o exercício de 2022.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido, para o exercício de 2022 o Calendário do Pagamento dos Servidores Municipais, anexo ao presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, em 10 de janeiro de 2022.

BRUNO SOARES REIS
Prefeito

ANA PAULA ANDRADE MATOS MOREIRA
Secretária de Governo em exercício

THIAGO MARTINS DANTAS
Secretário Municipal de Gestão

ANEXO ÚNICO

**CALENDÁRIO DO PAGAMENTO DOS SERVIDORES
PUBLICOS MUNICIPAIS EXERCÍCIO 2022**

ÓRGÃOS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	13º	Dez
APOSENTADOS PENSIONISTAS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	31	28	31	29	31	30	29	31	30	31	30	20	30

DECRETO Nº 35.071 de 10 de janeiro de 2022

Institui o Selo da Diversidade LGBTQ+ no Mercado de Trabalho da Cidade do Salvador, como instrumento de fomento à superação da LGBTQ+fobia e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no ambiente de trabalho e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e com fundamento no inciso V, do art. 52 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Selo Diversidade LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros) no Mercado de Trabalho da Cidade do Salvador como parte das Políticas Afirmativas para promoção e desenvolvimento da cidadania da população LGBTQ+, com os objetivos de:

- I - reconhecer publicamente as ações de promoção nas políticas de gestão de pessoas e marketing das organizações públicas, privadas e da sociedade civil da cidade do Salvador;
- II - estimular a promoção estratégias de fomento da integração social e ambientes livres de LGBTQ+fobia nas empresas, organizações e nos espaços públicos de trabalho da cidade do Salvador.

Art. 2º O Selo ora instituído, de validade anual, será conferido a empresas, associações civis e entidades públicas, no ato da assinatura do Pacto pela Valorização da Diversidade LGBTQ+ no Mercado de Trabalho da Cidade do Salvador perante a Secretaria Municipal da Reparação, documento do qual constarão, dentre outros, os seguintes compromissos:

- I - apresentação de diagnóstico censitário com o perfil LGBTQ+ do quadro de empregados

(as), prestadores (as) de serviços e quaisquer outros (as) colaboradores (as), inclusive de mão-de-obra terceirizada, elaborado com a utilização de indicadores sociais divulgados pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, Fundação Getúlio Vargas, Fórum de Empresas e Direitos LGBT+ e/ou por outros organismos oficialmente reconhecidos;

II - apresentação de plano de trabalho, para o período de janeiro a dezembro de cada ano, informando as metas a serem alcançadas, atreladas ao respectivo cronograma e estratégias para o enfrentamento das desigualdades constatadas.

§ 1º Os (As) interessados (as) poderão firmar o Pacto pela Valorização da Diversidade LGBT+ no Mercado de Trabalho da Cidade do Salvador, bem como atender aos compromissos assumidos, até a data limite de 31 de dezembro de cada ano, de forma conjunta ou separada.

§ 2º A renovação da concessão do Selo deverá ser requerida à Secretaria Municipal da Reparação e ao Comitê Gestor do Selo, a cada ano, na semana imediatamente posterior a 15 de janeiro.

§ 3º O requerimento de renovação da concessão do selo deverá ser acompanhado do relatório de resultados do plano de trabalho apresentado no ano anterior.

Art. 3º O(A) titular da Secretaria Municipal da Reparação designará, através de Portaria específica, o Comitê Gestor composto por até 21 (vinte e um) membros, representantes do Poder Público e da Sociedade Civil Organizada, com as atribuições de gestão das questões atinentes ao Selo da Diversidade LGBT+ no Mercado de Trabalho da Cidade do Salvador.

§ 1º Os membros do Comitê Gestor, em sua primeira reunião, escolherão, dentre os seus integrantes, um (a) Presidente.

§ 2º O mandato do (a) Presidente e dos membros será de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 3º O Comitê contará com um (a) secretário (a) que será indicado pela (o) Secretária (o) Municipal da Reparação, dentre um dos (as) servidores (as) da Secretaria Municipal da Reparação - SEMUR.

§ 4º Incumbe ao Comitê Gestor receber todos os documentos protocolados pelas empresas, associações civis e entidades públicas, manter sigilo sobre o seu conteúdo e zelar pela sua guarda e organização, devolvendo-os formalmente aos interessados, na hipótese de não-renovação do Selo.

§ 5º Além da matéria de natureza ordinária do acompanhamento e monitoramento do Selo, os requerimentos, representações e encaminhamentos serão analisados pelo Comitê Gestor, que expedirá parecer conclusivo, de caráter opinativo, antes de, em sendo o caso, serem submetidos ao (à) Secretária (o).

§ 6º O Comitê Gestor deverá promover a troca de experiências entre as empresas, associações civis e entidades públicas, bem assim apresentar, ao final de cada ano, parecer de avaliação do processo de implementação do Selo.

§ 7º Para o desenvolvimento de seus trabalhos, o Comitê Gestor poderá contar com o assessoramento técnico de representantes indicados por organismos de reconhecida competência em Políticas de Diversidade e nas áreas de Responsabilidade Social Corporativa e Gestão de Pessoas.

§ 8º A participação no Comitê Gestor, de que trata este artigo não será remunerada, sendo porém, considerada prestação de serviço público relevante.

Art. 4º O Selo da Diversidade LGBT+ no Mercado de Trabalho da Cidade do Salvador poderá ser divulgado pelas empresas, associações civis e entidades públicas a quem seja concedido, como forma de divulgar a política pública de fomento ao respeito à orientação sexual e identidade de gênero, valorizando e promovendo a diversidade LGBT+ no ambiente de trabalho.

Art. 5º As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, do orçamento da Secretaria Municipal da Reparação - SEMUR.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, em 10 de janeiro de 2022

BRUNO SOARES REIS

Prefeito

ANA PAULA ANDRADE MATOS MOREIRA

Secretária de Governo em exercício

IVETE ALVES DO SACRAMENTO

Secretária Municipal da Reparação

DECRETOS SIMPLES

DECRETOS de 10 de janeiro de 2022

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso das suas atribuições:

RESOLVE:

Nomear **RICARDO MATHEUS** para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial IV, Grau 58, da Secretaria Municipal da Fazenda e exonerar, a pedido, do mesmo cargo, **ADRIANO OLIARI NEGRIS**.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo 158803/2021 e com fundamento no artigo 47, inciso III da Lei Complementar nº 01/91,

R E S O L V E:

Considerar exonerado, a pedido, desde 24/08/2021, o servidor **OSMAR MIRANDA REHEM**, Professor Municipal I, na área de qualificação de Português, lotado na Secretaria Municipal da Educação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DO SALVADOR, em 10 de janeiro de 2022.